

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.858 - RS (2015/0007143-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO - DF011707  
ADEMIR COELHO ARAÚJO E OUTRO(S) - DF018463  
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO E OUTRO(S) - RS064834  
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA E OUTRO(S) - RS082560  
CAMILA ADAM FIALHO E OUTRO(S) - RS086517  
**SOC. de ADV.** : CAPUTO, BASTOS E SERRA ADVOGADOS  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PROCURADOR** : LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS - RS018829

**DESPACHO**

Para que se evite alegação de surpresa e considerando a aplicabilidade das normas do NCPC a este recurso, especialmente o cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do NCPC), intime-se a parte agravante para esclarecer se insiste no conhecimento do agravo interno, no prazo de 5 dias.

O silêncio será interpretado como ausência superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator